

GT 15 – Educação Especial**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
VISUAL NO ESTADO DO MARANHÃO**

Lissandra Mendes Fraga (UFMA)

1 INTRODUÇÃO

Na história da humanidade, percebemos em diferentes momentos, diferentes formas de padronização do homem de acordo com critérios estabelecidos pelas classes dominantes. Compreender como se deram as transformações nas atitudes dispensadas a pessoas com deficiência em relação às formas de atendimento educacional necessita de um mergulho histórico nas diversas sociedades, e, primordialmente, nas necessidades básicas que cada uma destas apresentava. Só observando a maneira como buscavam suprir essas necessidades é que podemos perceber como os homens construíram sua existência.

Neste estudo, nosso olhar está voltado para as relações entre o homem, a produção, o produto e a ordem social, com o entendimento de que toda mudança que ocorre nas condições sociais tem origem na própria ação humana, e as necessidades originadas por estas são refletidas no meio social.

Para Magalhães (2004), existem correntes que acentuam o lugar secundário dos fenômenos educativos, tomando-os como reprodutores da realidade social nas suas assimetrias e heterogeneidades. Esta sociologia, inspirada em Bourdieu e Passeron, denunciaria o sentido reprodutor da escola e da cultura escolar, tanto no plano social quanto no cultural.

A educação formal, não fugindo aos rigores das organizações sociais, vai percorrendo os caminhos que consolidam ou constroem os seres humanos de cada época.

Quanto à educação de deficientes, temos nesta o reflexo das diferentes formas de conceber e de como lidar com pessoas com diferenças, ao longo do tempo, formas estas que geraram desrespeito, discriminações e preconceito. A sociedade e o indivíduo operaram para esses pensamentos amparados na dinâmica social, composta especificamente, neste caso, por momentos de exclusão, de segregação, de integração e atualmente de inclusão.

Há aproximadamente duas décadas, a sociedade educacional brasileira vem levantando a bandeira do Direito à Diversidade, com escolas abertas e preparadas para receber todos os grupos sociais historicamente marginalizados.

2 INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: TRAJETÓRIA

As primeiras instituições voltadas para pessoas com deficiência foram os asilos e manicômios que surgiram na Europa a partir de 1500; só em 1760, na França, instituições específicas para determinadas deficiências começaram a surgir. Deficientes eram tirados do convívio social e isolados do restante da sociedade nestas instituições. No Brasil, foi nas décadas de 1930 e 1940 que instituições de caráter assistencialista se multiplicaram.

A adequação ao meio para melhor sobreviver sempre gerou intolerâncias com o diferente, e na sociedade primitiva a seleção natural deixou a pessoa com deficiência relegada, sem possibilidades de sobrevivência. Durante a Idade Média, o deficiente passa a ser visto como um pecador, alguém que veio ao mundo porque algum parente agiu de forma errada, e ao deficiente caberia a responsabilidade da culpa, o castigo divino.

Verifica-se já no período medieval a educação como privilégio de poucos. A maior parte da população não tinha acesso a livros, pois a Igreja assim preferia, visando ao monopólio do conhecimento e à manutenção do Teocentrismo. As obras de arte, em diversos momentos, retrataram a ideologia que a religião deveria reproduzir. Como exemplo, têm-se várias pinturas retratando passagens bíblicas, onde deficientes eram curados por Jesus, reafirmando através da arte que somente um milagre divino era capaz de absorver o sofrimento daqueles que não falavam, não ouviam ou não andavam. Até:

A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como “imagem e semelhança de Deus”, ser perfeito, inculcava a ideia de condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo “parecidos com Deus”, os portadores de deficiências (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana (MAZZOTTA, 2005, p.16).

Outra ideia propagada pela Igreja é que pessoas nascidas com deficiência eram instrumentos divinos, e caberia aos bons e justos a caridade para com estes seres. A ideia de “bom cristão” gerou, anos mais tarde, a criação de hospitais, centros e instituições para abrigar, de forma segregacionista, pessoas com comportamento anormal.

Inicialmente, foi em Roma, quando uma Irmandade de Caridade preocupada com os infanticídios que aconteciam fundou um hospital, e neste foi criada a roda dos expostos.

Origens da roda de expostos: relacionada ao surgimento das confrarias de caridade. A confraria do Santo Espírito nasceu em Montpellier, sul da França (1160 e 1170), junto a um hospital, para assistir aos pobres, peregrinos, doentes e expostos. O papa Inocêncio II, chocado com o número de bebês encontrados mortos no Tibre, transferiu essa irmandade para Roma, criando o Hospital de Santa Maria in Saxia (1202-1204) [...] Nascia assim o primeiro hospital destinado a acolher as crianças abandonadas e assisti-las. Nele foi organizado um sistema institucional de proteção à criança exposta que logo seria copiado nas principais cidades italianas e em toda a Europa. Séculos depois seria exportado para outros continentes. (MARCÍLIO, 1997, p.56).

Em Brasil (2008), percebemos que no Brasil o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação de Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi – 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff, e em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

A importação dos modelos de atendimento, como vemos, deu-se também com o caráter de institucionalização, com a ideia de que o deficiente deveria ficar em instituições específicas para o atendimento apenas para estes grupos.

No contexto brasileiro, a ideia de segregação tem início com o abandono de crianças deficientes ou pobres em rodas de expostos, tal qual aconteceu em Roma.

De acordo com Jannuzzi (2006), a primeira roda dos expostos foi criada em Salvador, em 1726; a segunda, no Rio de Janeiro, em 1738, e a terceira em 1825, em São Paulo, todas colocadas nas Casas de Misericórdia. Lá, as crianças, com ou sem deficiência, permaneciam até 7 anos, depois eram encaminhadas para Seminários ou para as casas de famílias que pudessem ensinar-lhes algum ofício. Após a Independência, as Santas Casas de

Misericórdia mudam de caráter; deixam de ser locais de caridade e passam a ser reconhecidas como instituições filantrópicas associadas ao Estado.

Na segunda metade do século XX é evidente o salto dado em relação a movimentos e, posteriormente, leis que se propunham a valorizar a educação de pessoa com deficiência. Infelizmente, toda essa agitação não foi suficiente: ainda persistem comportamentos de exclusão e de segregação fortalecidos por uma destruidora onda de negação de direitos que nos faz “naturalizar” atitudes desrespeitosas. Como afirmam BourdieueChampagne (2007), a escola continua excluindo, só que agora ela mantém em seu seio aqueles que exclui, relegando-os para os ramos mais ou menos desvalorizados.

A pouca efetivação dos direitos sociais básicos, como a educação, por exemplo, provoca nesse contexto uma oferta de escolarização para todos, porém de forma desigual e gerando implícitas exclusões dentro de um espaço que deveria promover a igualdade.

Com o crescimento das cidades, a partir da década de 1930, novas necessidades vão se formando, a industrialização traz consigo a demanda de melhoras na educação, contudo estas, como sempre, não abrangem a todos.

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência; a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando à peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular; outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas; há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e centros de reabilitação, geralmente particulares, a partir de 1950, principalmente. Tudo isso no conjunto da educação geral na fase de incremento da industrialização no Brasil, comumente intitulada de substituição de importações, nos espaços possíveis deixados pelas modificações capitalistas mundiais (JANUZZI, 2006, p.68).

BourdieueChampagne (2007), ao falarem em transformações do sistema de ensino em épocas de muita industrialização, elegem uma categoria, os “excluídos potenciais”, pessoas que o sistema de ensino tratava como se não fossem feitos para a escola, explicando que com o acesso de novas camadas da população ao ensino, o processo de eliminação foi diferido e estendido no tempo, e o alto preço que os históricos excluídos da educação tiveram que pagar foi as disfunções do sistema de ensino.

E estas disfunções foram os efeitos mais paradoxais do processo de “democratização”, pois pode-se descobrir a função conservadora da escola “libertadora”, ou seja, não bastava ter acesso ao ensino para ter êxito nele. O sistema de ensino estava aberto a todos, mas estritamente reservado a alguns, alcançando um grau superior de dissimulação. Este disfarce revela-se quando se percebe a educação com currículos, métodos e avaliações

que valorizam conhecimentos referentes apenas às culturas dominantes, causando, desta forma, falsos fracassos escolares. Logo,

É lícito supor que a difusão dos mais importantes conhecimentos das ciências sociais sobre a educação e, em particular, sobre os fatores sociais do êxito e do fracasso escolar,... difundiu a ideia de que o fracasso escolar não é mais ou, não unicamente, imputável às deficiências pessoais, ou seja, naturais, dos excluídos. A lógica da responsabilidade coletiva tende, assim, pouco a pouco, a suplantar, nas mentes, a lógica da responsabilidade individual que leva a “reprender a vítima”; as causas de aparência natural, como o dom ou gosto, cedem o lugar a fatores sociais mal definidos, como a insuficiência dos meios utilizados pela Escola, ou a incapacidade e a incompetência dos professores, ou mesmo, mais confusamente ainda, a lógica de um sistema globalmente deficiente que é preciso reformar (BOURDIEAU; CHAMPAGNE, 2007, p.220).

O interesse em deslocar os serviços de atendimento de deficientes para a esfera particular, desta forma, além de transferir a responsabilidade do Estado para com a efetivação de direitos sociais, também omite mais facilmente o descaso para com a inclusão social proposta por este.

No processo de Modernização do Estado, as instituições particulares que prestavam assistência passam a ter estatuto de organizações não governamentais (ONGs). Um dos fatores para esta mudança foi a elevação nos níveis de exclusão social vividos no fim dos anos 1980, impulsionando o movimento pela inclusão de alunos com deficiência, fase esta que perdura até hoje, ou seja, fala-se muito em inclusão de deficientes, quando a escola não está conseguindo diminuir nenhuma das enormes desigualdades construídas historicamente.

Com o início da Reforma do Estado, políticas de corte social surgem como reguladoras das relações entre capital e trabalho. O momento é de crise econômica do capitalismo mundial e nosso país, como uma economia periférica, reage buscando formas de assegurar a sustentabilidade do Sistema. Assim, o Estado não é mais o responsável pelo desenvolvimento econômico e social: ele agora regula e ao mesmo tempo promove este desenvolvimento.

Entram em cena o Terceiro Setor e a ação simultânea do Estado junto a organizações não estatais e privadas. Os direitos humanos fundamentais, como saúde e educação, passam pela publicização. No que tange à educação de deficientes, este aspecto só facilitou a não efetivação de direitos sociais e de ações que evitariam o preconceito.

Coerçõessimbólicas através de segregações evidentes, ou através de aparelhos de reprodução de ideologias, que pregam práticas como a institucionalização de pessoas com deficiência como se fossem a única e melhor solução para todos, estão isolando grupos

sociais, disseminando a barbárie e diminuindo os direitos de cidadania destes, evidenciando a resistência histórica em aceitarmos pessoas com deficiência, por desconhecimento e por falta de atitudes que nos levem a conhecer.

Mazzotta (2005) discute essa questão afirmando que, a despeito de figurar na política educacional brasileira desde o final da década de cinquenta do século passado até os dias atuais, a educação especial tem sido, com grande frequência, interpretada como um apêndice indesejável. Segue o autor levantando questionamentos sobre o grande número de educadores e legisladores que a veem como *meritória obra de alguns abnegados, que se dispõem a tratar de crianças e jovens deficientes*. E o sentido atribuído a esta modalidade de educação, muitas vezes, ainda é o de assistência aos deficientes e não o de educação de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, direito esse que há muito tempo é garantido por lei, porém negada a sua efetivação.

O favorecimento dado ao processo de implantação de instituições educacionais especializadas foi e ainda é para muitas crianças, jovens e adultos deficientes a única forma de escolarização e conseguinte vida cidadã.

3 A ESCOLA DE CEGOS DO MARANHÃO

Hall (2002) conceitua identidade como algo formado ao longo do tempo por interações de mundo culturais exteriores, através de processos inconscientes e em contínuo andamento. Sendo assim, a identidade da instituição cruza-se com a dos sujeitos, imbricando-se mutuamente, em um intenso e infinito processo de apropriação.

A ESCEMA foi a primeira instituição educacional destinada a deficientes no estado do Maranhão, contudo, as tramas históricas que a produziram, os fatos e até dados cronológicos permanecem ocultos, visto que

No interior das instituições há um quebra-cabeça a ser decifrado. Uma vez dentro da instituição, trata-se de se fazer o jogo das peças em busca dos seus respectivos lugares. [...] Pode-se dizer que uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações, de variadíssimas instâncias (política, econômica, cultural, religiosa, da educação geral, moral, ideológica etc.) que agem e interagem entre si, 'acomodando-se' dialeticamente de maneira tal que daí resulte uma identidade (SANFELICE, 2007, p. 77).

Para melhor compreender a organização social e a identidade da ESCEMA, estabeleceu-se uma relação dialética confrontando documentos que proporcionassem escrever sobre a instituição. O arquivo da instituição, apesar de ter sofrido um incêndio há duas

décadas, mantém boa parte da documentação existente preservada e acessível, demonstrando o cuidado em registrar o cotidiano.

Neste estudo, tem-se uma periodização de quase meio século, visto que a ESCEMA foi fundada em 1964, início do período de autoritarismo político brasileiro, quando a educação nacional era regida pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) - Lei nº 4.024/61 - que tratou da educação de deficientes como sistema à parte, que deveria ser ofertada *no que fosse possível* no sistema regular de educação. Este tratamento excludente proporcionou no estado do Maranhão a abertura de espaços particulares, como percebido anteriormente, para que fosse possível a educação e futura inclusão social da pessoa com deficiência.

Mesmo que no estado do Maranhão, em 1962, já existisse experiências de educação para deficientes em escolas privadas, os alunos deficientes que moravam no interior do Estado não tinham local destinado à sua educação. Estes costumavam vir à capital do Estado, e em São Luís ficavam à mercê de esmolas.

A ESCEMA surge no espaço educacional maranhense, com a abertura em 21 de setembro de 1964 de uma Classe Experimental Braille para Cegos. Na ocasião, teve o apoio da Secretaria de Negócios de Educação e Cultura e do Rotary Club. A classe estava instalada em um espaço cedido nas dependências do SESC/SENAC na Avenida Silva Maia, 164, no Centro de São Luís. Funcionava de 2ª a 6ª feira, das 8 às 11h, e era orientada pelas professoras Maria da Glória Mendes Costa¹ e Marlene Gomes de Oliveira, ambas contratadas pelo setor de educação do Estado, segundo o Relatório das atividades educacionais da Escola de Cegos do Maranhão dos anos de 1964 a 1972.

O material pedagógico que dispunham na época do seu início foi doado pelas instituições Rotary, Fundação para o Livro do Cego no Brasil, Instituto Benjamim Constant, Campanha Nacional de Educação de Cegos e Maçonaria.

No fim de 1964, a classe já contava com 8 alunos. Em 1965 foram matriculados mais 5, perfazendo um total de 13, contudo no fim do ano apenas 1 alunofrequentava a sala. A evasão, de acordo com a Escola de Cegos do Maranhão (1972), dava-se por condições socioeconômicas, pois se sabe que pessoas com deficiência visual viviam de esmolas e

¹ Maria da Glória Costa Silva, professora, afrodescendente, nasceu em 28 de dezembro de 1940, em Pedreiras – Maranhão, foi para São Paulo em 1955 cursar o ginásio no Instituto Padre Chico e em 1961 vai para o Rio de Janeiro seguir os estudos do secundário no curso clássico na área humanística no Instituto La-Fayette, formou-se em Letras na então Faculdade de Filosofia do Maranhão, onde adentrou no ano de 1964. Casou-se com o também professor Francisco Pedro da Silva nascido em 1942 no Estado do Rio de Janeiro, Pedagogo formado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e com o qual teve dois filhos Helton Frederico Silva e Denise Raquel Silva.

passavam o dia perambulando pelas ruas em busca de renda. Outro fator era a falta de credibilidade no processo de aprendizagem de deficientes e a difícil locomoção até a classe.

Dois anos depois não foi mais possível a permanência da classe no Serviço Social do Comércio/Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SESC/SENAC) e em 20 de junho de 1966 instalaram-se em um Clube de Mães na Rua 7 de Setembro, 284, também Rua da Cruz, como era mais conhecida na época, no Centro de São Luís. Com isto, 19 alunos se matricularam, mas apenas 10 compareciam às aulas.

Como estratégia para a diminuição da evasão, mudaram-se novamente, em 29 de junho de 1967, desta vez com a ajuda do Lyons Club de São Luís, que cedeu um imóvel, a “Casa Grande”, denominada também de “Sítio Mindêlo”, localizada no Alto do Túnel do Sacavém. Assim, teve início o regime de internato e externato e este seria mantido através de contribuições mensais de pessoas e empresas de nossa cidade.

Assim, no mês de julho de 1967, deu-se o início do período letivo com 9 alunos em regime de internato e 5 de externato. No ano seguinte, 1968, 45 alunos compunham o corpo discente da Escola, sendo 29 meninos e 16 meninas, porém, o difícil acesso às escadarias e instalações inadequadas para Escola e residência do Túnel do Sacavém causaram mais uma vez evasões.

Em 1970, o então governador Antonio Jorge Dino dispôs-se a doar um imóvel com melhores instalações educacionais e residenciais, contudo a ESCEMA não possuía estatuto, fato que impossibilitaria a doação, mesmo esta tendo sido fundada em 1964 e instalada e organizada em 29 de junho de 1967. Como era urgente, o estatuto foi feito às pressas. As Atas de Homologação da Fundação e de Aprovação do Estatuto da ESCEMA com corpo jurídico e atividade econômica principal a Educação Especial, em caráter de associação, foram registradas no Livro A, nº 8, sob o nº 1.539, Protocolo nº 21.764, em data de 28 de novembro de 1970, com sede social na Praça Marechal Rondon, nº 1, Bairro Outeiro da Cruz, em São Luís.

O Estatuto de 1970 foi aprovado por unanimidade, dando à ESCEMA direitos para produzir seus legais efeitos, como citado no Art. 1º:

A Escola de Cegos do Maranhão – ESCEMA, entidade educacional, de iniciativa privada, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São Luís, com a finalidade de educar deficientes visuais, para integrá-los na sociedade, pelo trabalho

eficiente e desenvolvimento de suas aptidões, utilizando métodos especializados no campo da tiflopedagogia² (AZEVEDO, 2006, p. 2).

Em 1980, a ESCEMA ganha a atual sede na Travessa Bequimão, nº 25, no bairro Bequimão, em São Luís, cujo terreno foi doado pelo então governador João Castelo Ribeiro Gonçalves (1979 – 1982).

Em 25 de setembro de 2003, o Conselho Estadual de Educação do Maranhão - CEE declara, através do Parecer nº 363/03 e da Resolução nº 284/03,

Art. 1º - Reconhecer o Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries), via regular, da Escola de Cegos do Maranhão – ESCEMA, localizada à Travessa Bequimão, 25, Conjunto Bequimão, em São Luís, Maranhão.

Art. 2º - Convalidar os estudos realizados pelos discentes no período anterior a esta Resolução (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 2003, p. 1).

Vale ressaltar que o então curso primário da ESCEMA teve autorização para funcionar pela Resolução/CEE nº 313, de 1987, onde ficava estabelecida sua competência para a alfabetização, educação e reeducação de cegos e crianças carentes com visão normal, pelo Conselho Estadual de Educação (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 1987).

Quando da instalação no Outeiro da Cruz, a Escola oferecia o ensino primário até a 4ª série, como consta no Relatório das atividades educacionais da ESCEMA, dos anos de 1964 a 1972. Este documento registra que em 17 de dezembro de 1970 houve uma solenidade na Escola para marcar o encerramento do ano letivo e o festejo do Natal (ESCOLA DE CEGOS DO MARANHÃO, 1972).

O evento sociocultural mais antigo festejado na ESCEMA é a “Semana Social”; a primeira de que se tem registro aconteceu de 10 a 17 de setembro de 1971. Outra importante comemoração foi a solenidade do 10º aniversário da ESCEMA, em 1977, que durou uma semana, com brincadeiras, reuniões, palestras, piqueniques, almoço de confraternização e missa. Por conta dessa festividade, grupos de universitários fizeram a pintura da Escola. Foi um ano de muitos ganhos, inclusive foi a primeira vez que a Escola participou do desfile cívico do dia 7 de setembro, e, por conta deste evento, foi confeccionada a bandeira da Escola, com a seguinte descrição: um retângulo branco com emblema cinza e azul, representando um livro e uma bengala, respectivamente; o lema: é “o pior cego é o do saber”, pintado em letras amarelas (ESCOLA DE CEGOS DO MARANHÃO, 1978).

² Tiflopedagogia diz respeito ao tratado acerca da instrução de cegos, através da arte de escrever em relevo. Cf. HOUAISS, Antonio. **Pequeno dicionário enciclopédico Koogan Larousse**. Rio de Janeiro: Editora Larousse do Brasil, 1980.

Na Semana Social de 1981 houve um passeio no dia 18 de setembro ao cemitério, onde visitaram os túmulos dos falecidos sócios da Escola. Na entrevista, a professora Maria da Glória Costa Silva comenta que: *Os alunos sempre saíam, todas as festas da Escola eram comemoradas com visitas, até em cemitério fomos, tinha uns que diziam eu nunca tinha vindo aqui, e eu dizia: pois é hoje meu filho! Era cemitério, era Ribamar, era o museu. Os alunos nunca tinham ido ao Museu, porque geralmente tem uma pessoa que não enxerga então não leva lá, ele não vê. É claro que não são todas as famílias, mas a maioria, então nós tínhamos que mostrar, era a Escola que tinha que apresentar, então sempre que nós comemorávamos a Semana Social, comemorávamos o aniversário da Escola, nunca era dentro da Escola (Informação verbal)*³.

O momento da Semana Social é um evento importantíssimo na trajetória da ESCEMA, pois desde o início é nessa comemoração que a sociedade entra de fato na instituição. Grande parte dos colaboradores participam de todas as atividades, do primeiro ao último dia.

Os shows de calouros sempre aconteceram na Escola, não só na Semana Social, pois é relatado que os alunos sempre tinham o costume de cantar e de criar instrumentos musicais com latas e com tampinhas de refrigerante. Na década de 1970, foi doado um piano, instrumento que ainda está na Escola, somado a outros que foram doados e aos que eram criados por professores e alunos, os que foram de grande importância para a iniciação e o aprimoramento musical de vários alunos.

Há sete alunos desse período que são músicos profissionais. Os mais conhecidos são os músicos da banda de reggae Tribo de Jah⁴, de reconhecimento nacional e internacional.

Missas quinzenais também fazem parte do calendário da Escola, mesmo quando os alunos estão em férias. As celebrações acontecem em um galpão, que é o espaço de todas as outras celebrações da ESCEMA.

Em relação a eventos esportivos, alunos da Escola têm tido destaque, e, apesar de não possuírem quadra esportiva na área da Escola, os resultados têm sido satisfatórios. Como

³ Informação fornecida pela Professora Maria da Glória Costa Silva, em São Luís, em 11 de janeiro de 2013.

⁴ Banda de reggae brasileira cuja história iniciou-se na Escola de Cegos do Maranhão onde se conheceram os quatro músicos cegos (Frazão, Neto, Aquiles e João) e um quinto músico com visão parcial (José Orlando). A instituição em que viviam funcionava em regime de internato, onde começaram a desenvolver o gosto pela música improvisando instrumentos e descobrindo timbres e acordes. Posteriormente, passaram a realizar shows nos bailes populares da capital São Luís e outras cidades do interior do Estado, fazendo covers de seresta, reggae e lambada. Nos anos 80, juntam-se ao radialista FauziBeydon e deram partida na difusão de músicas com mensagens de amor e paz, políticas sociais e divinas. Atualmente, residem em de São Paulo (TRIBODEJAH, 2013).

exemplo, há o primeiro e o segundo lugares em atletismo e futebol de salão nos Jogos Escolares Maranhenses (JEMs) de 2012, e um representativo número de medalhas também nas modalidades atletismo e futebol de salão nas Paralímpadas escolares, realizadas em 2011, 2012 e 2013 em São Paulo.

O relato dessas atividades demonstra o fazer ensino-aprendizagem, tendo as festividades como sua centralidade, interagindo com a sociedade, voltado para a perspectiva de formação de um cidadão cuja deficiência não impede a sua participação sociocultural, proporcionando, assim, uma ampla interdisciplinaridade dos conteúdos escolares.

Para melhor perceber o quantitativo de alunos matriculados na ESCEMA de 1964 a 2013, fez-se análise de dois importantes documentos: o Livro de Matrículas e os Relatórios de movimento educacional.

As matrículas da ESCEMA dos anos de 1964, 1965 e 1966 não foram encontradas, sendo de 1967 os primeiros alunos matriculados registrados no Livro de Matrículas. Estes materiais trazem muitas revelações, principalmente quanto à filiação, data de nascimento, profissão dos pais e residência dos alunos.

Parte considerável dos alunos eram filhos de domésticas, lavradores, pedreiros e trabalhadores braçais, ou seja, a Escola acolhia grande parte da população carente de São Luís, com concentração de alunos nos bairros Sacavém e redondezas. O total de alunos neste período foi de 597, sendo 327 homens e 279 mulheres, faixa etária que variava de 3 a 47 anos. Acredita-se, pelos dados que ficaram sem preenchimento, que as famílias faziam a matrícula, mas os alunos não frequentavam a Escola, ou o livro não foi preenchido, como no ano de 1973, em que consta uma única matrícula.

Diversos são os municípios de origem dos alunos, apesar da predominância sempre ser da capital, São Luís, e até de outros Estados brasileiros, perfazendo um total de 30 municípios maranhenses. Porém, entre os anos de 1977 e 1990, os alunos foram matriculados constando apenas o gentílico do Estado de nascimento, sem a menção da cidade de origem.

Outros documentos que demonstram fluxo de alunos são os Relatórios das atividades educacionais dos anos de 1964 a 1972, uma coletânea de textos datilografados, uns por ano e um por um período de 4 anos. Também conta-se com os censos escolares dos anos de 1997 a 2002 e de 2005 a 2011.

Os dados do censo, tanto quanto nos relatórios, são pouco precisos, pois faltam informações quanto ao sexo e à quantidade de alunos cegos, videntes e internos.

Há uma grade divergência de dados, fato que nos impossibilita uma construção historiográfica exata sobre o quantitativo de alunos que estudaram na ESCEMA. Contudo, verifica-se a partir destas três fontes um total aproximado de 1829 alunos nestes 43 anos.

Quanto à matrícula de alunos sem deficiência, que era em número bem significativo, acreditava-se que esta se dava devido ao discurso integracionista do MEC e do CENESP. No Relatório das atividades do ano letivo de 1977 da ESCEMA, consta que, cumprindo resoluções estatutárias e visando facilitar a tarefa de integração social dos cegos, foram também recebidos alunos com visão normal (ESCOLA DE CEGOS DO MARANHÃO, 1978).

No ano de 2012, a ESCEMA matriculou 40 alunos. Destes, 39 possuem deficiência visual, sendo apenas 1 sem deficiência, e este é filho de um aluno da Escola que perdeu a visão na idade adulta. Então, pai e filho vão juntos para a Escola, mas estudam em horários diferentes: o filho fica o dia todo na instituição, enquanto o pai, depois da aula, vai para o trabalho.

Em levantamento sobre alunos que concluíram o ensino fundamental na ESCEMA entre os anos de 1979 e 1990, constatou-se que a Escola neste período ofereceu ensino a deficientes visuais de 41 diferentes municípios, sendo 39 municípios do estado do Maranhão, 1 da Paraíba e 1 do Piauí. Neste grupo de 84 alunos, havia 45 mulheres e 43 homens.

Atualmente, os 11 alunos da ESCEMA que estão em regime de internato são oriundos de 6 diferentes municípios do Estado, assim distribuídos: 1 de Cantanhede, 1 de Rosário, 1 de Fortaleza dos Nogueiras, 2 de Alcântara, 3 de Buriti Bravo e 3 de São Luís, aumentando assim para 44 o número de municípios sem atendimento para deficientes visuais no estado do Maranhão.

Para Certeau (1998), os objetos de nossa pesquisa não podem ser dissociados dos “comércios” intelectual e social que organizaram suas distinções e seus deslocamentos. As práticas cotidianas dependem de um grande conjunto, contudo o que está em jogo é o estudo da análise e sua relação com seu objeto, suas hierarquias e ideologias.

Com esse embasamento, detalham-se os dados empíricos da instituição através do manuseio das fontes documentais, ferramenta necessária para que se possa interpretar e, conseqüentemente, construir conhecimento histórico através de atas, diários de classe, relatórios, fichas de matrícula, fotografias, jornais, livro de matrícula, frequências, ofícios, declarações, censos, certidões, estatutos, proposta pedagógica e regimento escolar.

É indiretamente, como afirma Bourdieu (2007), que o indivíduo, ator socialmente configurado em seus mínimos detalhes, é conduzido pela estrutura social a reproduzi-la em

suas ações, e este processo é tão indireto que passa despercebido nesse longo exercício de acúmulo de vivências.

O sistema de ensino e as estruturas sociais compõem os traços internos e externos que, somados aos sujeitos (alunos, professores, pais), determinaram e determinam a identidade da ESCEMA. O que se pode captar é que se trata de instituição com identidade basicamente educacional, apesar de ter sido fundada com fins filantrópicos, tendo como fundamentação Nosella e Bufo (2009), quando afirmam: para que se possa refletir sobre a densidade histórica de uma instituição é necessário demonstrar, no decorrer do tempo, a realização dos objetivos a que se propunha e que a sociedade identifique traços significativos de sua própria história.

Para melhor compreensão dos meios de transmissão e recepção cultural da ESCEMA, elegeu-se como sujeitos: 12 ex-alunos, sendo 5 que trabalham na instituição (1 porteiro, 1 gestora, 2 professoras, 1 *Office boy*) e 7 sem ligações empregatícias com a instituição. São 5 mulheres e 7 homens que atualmente estão na faixa etária compreendida entre 27 e 53 anos. A escolha foi feita de acordo com o ano de ingresso dos alunos na ESCEMA, levando-se em consideração os sujeitos de todas as quase cinco décadas da instituição.

Neste grupo de 12 pessoas, 4 nasceram e tinham pais em São Luís, contudo 3 destes, mesmo com a família residindo na capital do Estado, moravam no internato; apenas 1 era semi-interno e passava o fim de semana com a família. Os outros só iam para casa nas férias, e eram de 8 diferentes municípios maranhenses, a saber: Balsas, Barra do Corda, Bequimão, Coroatá, Esperantinópolis, Paço do Lumiar, Pinheiro e Pirapemas.

Quanto ao início da escolarização e à idade de matrícula na Escola, observa-se que duas pessoas apresentam divergências, isso porque foram os únicos que adquiriram cegueira, enquanto a deficiência dos demais é congênita.

Dos sujeitos entrevistados, 6 possuem ensino médio completo, sendo 1 *office boy*, que está cursando administração de empresas, 1 massoterapeuta e 4 músicos. Apenas 1, com formação somente em nível de ensino fundamental, trabalha como músico.

Quatro destes ex-alunos possuem curso superior, sendo que 3 trabalham como professor nas redes estadual e municipal de ensino em São Luís e 1 está desempregado.

Dois alunos levam em conta o afastamento da família no início do processo como fator que dificultou a aprendizagem. Percebe-se, nesse contexto, o rompimento do laço familiar para que tivessem a oportunidade de estudar, gerando inquietações nos alunos.

Os professores da ESCEMA são funcionários públicos estaduais e municipais. Quanto ao material didático, quando não vem do MEC, são feitas adaptações de livros em tinta para Braille e são impressos no Centro de Ensino de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual do Maranhão “Prof.^a Ana Maria Patello Saldanha” - Centro de Atendimento Pedagógico (CAP/MA).

Seis ex-alunos são sócios da ESCEMA e os outros seis não, sendo que destes, a maioria não tem vínculo empregatício com a Escola. Os entrevistados deixaram claras as dificuldades por que passaram na instituição; uns mais discretos, outros mais enfáticos. Porém, todos compartilham da ideia de que a Escola foi uma ponte para conquistas pessoais e profissionais. Muitos questionam ainda o apoio governamental. Questionam também a pouca importância dada à instituição, por ela ter sido a pioneira em educação de deficientes no Estado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No passado, a institucionalização de deficientes, única forma de tratamento terapêutico e educacional, era “necessária”, porém gerou um mundo à parte para os que dela dependiam. Este fato, hoje, reflete em um sistema social onde ainda persistem exclusões.

Ao buscar compreender a historiografia da primeira instituição educacional destinada a deficientes no estado do Maranhão, sua implantação e a escolarização ofertada, sem intenção de apenas identificar a trajetória da educação especial no Maranhão, procurou-se destacar o significado histórico da ESCEMA e o quanto é importante cuidar da preservação da memória da educação especial no Estado.

Este estudo, assente na atual historiografia, contempla problemas do presente do passado, na tentativa de preencher a lacuna do registro sobre instituições educacionais especializadas, através do pioneirismo da Escola de Cegos do Maranhão na educação de pessoas com deficiência, considerando-se que diversos municípios maranhenses ainda hoje não dispõem de atendimento especializado em Educação especial, nem levam em consideração as políticas educacionais inclusivas, relegando o deficiente ao abandono, como acontecia há tempos atrás.

Como afirma Bourdieu(2007, p. 41) “não é suficiente enunciar o fato da desigualdade diante da escola; é necessário descrever os mecanismos objetivos que determinam a eliminação contínua das crianças desfavorecidas.” Assim, com estes conhecimentos teóricos e outros que apoiaram nossa pesquisa, ao analisar as fontes

documentais obtidas no arquivo da ESCEMA, constatamos a relação dos alunos da instituição com a comunidade envolvida nas festividades, a conquista dos espaços e, os processos de apropriação que resultaram na identidade educacional da instituição.

Os traços determinantes externos e internos demonstraram a configuração de uma instituição destinada a deficientes, mas não exclusivamente para este público, reproduzindo as relações institucionalizantes determinadas historicamente, em que integração e inclusão estiveram presentes desde a sua origem.

O significado social da ESCEMA foi exercido com denodo, pois esta instituição não proporcionou segregação nem exclusão social, e isto foi possível de ser observado quando se procurou construir uma historiografia com a trajetória de vida das pessoas envolvidas.

Portanto, a historiografia da ESCEMA como um dos primeiros espaços a dar atenção educacional a deficientes no Estado nos ajuda na compreensão histórica, que poderá sobreviver na memória da educação especial no Maranhão.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, José Tadeu Cantuária de. **Certidão**. São Luís, 26 de janeiro de 2006.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 217-228.

BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 39-64.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: I. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Maranhão). Resolução nº 284, 25 de dezembro de 2003. Reconhece o Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries), via regular, da Escola de Cegos do Maranhão – ESCEMA, em São Luís, Maranhão. São Luís, 25 set. 2003. Mimeografado.

_____. Resolução nº 313, de 1987. Autoriza o ensino primário da Escola de Cegos do Maranhão e dá competência para a alfabetização, educação e reeducação de cegos e crianças carentes com visao normal. São Luís, 1987.

ESCOLA DE CEGOS DO MARANHÃO. **Relatório das atividades do ano letivo de 1977 na Escola de Cegos do Maranhão, ESCEMA**. São Luis, 1978.

_____. **Relatório das atividades educacionais da Escola de Cegos do Maranhão-ESCEMA, dos anos de 1964 a 1972.** São Luís, 1972.

_____. **Relatório das atividades sócio-educativas da Escola de Cegos do Maranhão – ESCEMA, 1982.** São Luís, 1982.

_____. **Relatório do movimento educacional da Escola de Cegos do Maranhão, ano de 1974.** São Luís, 1975.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HOUAISS, Antonio. **Pequeno dicionário enciclopédico Koogan Larousse.** Rio de Janeiro: Editora Larousse do Brasil, 1980.

JANNUZZI, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

MAGALHÃES, Justino Pereira. **Tecendo nexos: história das instituições educativas.** Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco - EDUSF, 2004.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil, 1726-1950. In: FREITAS, M. C. (Org.). **História social da infância no Brasil.** São Paulo: Cortez/EDUSF. 1997. p. 53-79.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2005.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que o como estudar.** Campinas: Alínea, 2009.

SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina (Orgs.). **Formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado.** Brasília, DF: MEC, 2007.

SANFELICE, José Luis. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel et al. **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.** Campinas: Autores Associados, 2007. p. 75-94.

TRIBODEJAH. **Conheça mais sobre a Tribo de Jah.** Disponível em: <<http://www.tribodejah.com.br/2008/beta04/?pag=a-tribo>>. Acesso em: 13 maio 2013.